

APRESENTAÇÃO

Surgiu, pelos anos 1940, na Europa, especialmente na França, um movimento de interesse voltado para os antigos escritores cristãos, conhecidos tradicionalmente como “Padres da Igreja”, ou “santos Padres”, e suas obras. Esse movimento, liderado por Henri de Lubac e Jean Daniélou, deu origem à coleção “Sources Chrétiennes”, hoje com centenas de títulos, alguns dos quais com várias edições. Com o Concílio Vaticano II, ativou-se em toda a Igreja o desejo e a necessidade de renovação da liturgia, da exegese, da espiritualidade e da teologia a partir das fontes primitivas. Surgiu a necessidade de “voltar às fontes” do cristianismo.

No Brasil, em termos de publicação das obras desses autores antigos, pouco se fez. A Paulus Editora procura, agora, preencher esse vazio existente em língua portuguesa. Nunca é tarde ou fora de época para rever as fontes da fé cristã, os fundamentos da doutrina da Igreja, especialmente no sentido de buscar nelas a inspiração atuante, transformadora do presente. Não se propõe uma volta ao passado através da leitura e estudo dos textos primitivos como remédio ao saudosismo. Ao contrário, procura-se oferecer aquilo que constitui as “fontes” do cristianismo, para que o leitor as examine, as avalie e colha o essencial, o espírito que as produziu. Cabe ao leitor, portanto, a tarefa do discernimento. A Paulus Editora quer, assim, oferecer ao público de língua portuguesa, leigos, clérigos, religiosos, aos estudiosos

do cristianismo primevo, uma série de títulos, não exaustiva, cuidadosamente traduzida e preparada, dessa vasta literatura cristã do período patrístico.

Para não sobrecarregar o texto e retardar a leitura, procurou-se evitar as anotações excessivas, as longas introduções, estabelecendo paralelismos de versões diferentes, com referências aos empréstimos da literatura pagã, filosófica, religiosa, jurídica, às infundas controvérsias sobre determinados textos e sua autenticidade. Procurou-se fazer com que o resultado desta pesquisa original se traduzisse numa edição despojada, porém séria. Cada obra tem uma introdução breve, com os dados biográficos essenciais do autor e um comentário sucinto dos aspectos literários e do conteúdo da obra, suficientes para uma boa compreensão do texto. O que interessa é colocar o leitor diretamente em contato com o texto. O leitor deverá ter em mente as enormes diferenças de gêneros literários, de estilos em que estas obras foram redigidas: cartas, sermões, comentários bíblicos, paráfrases, exortações, disputas com os heréticos, tratados teológicos vazados em esquemas e categorias filosóficas de tendências diversas, hinos litúrgicos. Tudo isso inclui, necessariamente, uma disparidade de tratamento e de esforço de compreensão a um mesmo tema. As constantes, e por vezes longas, citações bíblicas ou simples transcrições de textos escriturísticos devem-se ao fato de que os Padres escreviam suas reflexões sempre com a Bíblia numa das mãos.

Julgamos necessário um esclarecimento a respeito dos termos patrologia, patrística e Padres ou Pais da Igreja. O termo patrologia designa, propriamente, o estudo sobre a vida, as obras e a doutrina dos Pais da Igreja. Ela se interessa mais pela história antiga, incluindo também obras de escritores leigos. Por patrística se entende o estudo da doutrina, das origens dela, suas dependências e empréstimos do meio cultural, filosófico,

e da evolução do pensamento teológico dos Pais da Igreja. Foi no século XVII que se criou a expressão “teologia patrística” para indicar a doutrina dos Padres da Igreja, distinguindo-a da “teologia bíblica”, da “teologia escolástica”, da “teologia simbólica” e da “teologia especulativa”. Finalmente, “Padre ou Pai da Igreja” se refere a escritor leigo, sacerdote ou bispo, da Antiguidade cristã, considerado pela tradição posterior como testemunha particularmente autorizada da fé. Na tentativa de eliminar as ambiguidades em torno desta expressão, os estudiosos convencionaram em receber como “Pai da Igreja” quem tivesse estas qualificações: ortodoxia de doutrina, santidade de vida, aprovação eclesiástica e Antiguidade. Mas os próprios conceitos de ortodoxia, santidade e Antiguidade são ambíguos. Não se espera encontrar neles doutrinas acabadas, buriladas, irrefutáveis. Tudo estava ainda em ebulição, fermentando. O conceito de ortodoxia é, portanto, bastante largo. O mesmo vale para o conceito de santidade. Para o conceito de Antiguidade, podemos admitir, sem prejuízo para a compreensão, a opinião de muitos especialistas que estabelece, para o Ocidente, Igreja latina, o período que, a partir da geração apostólica, se estende até Isidoro de Sevilha (560-636). Para o Oriente, Igreja grega, a Antiguidade se estende um pouco mais, até a morte de São João Damasceno (675-749).

Os “Pais da Igreja” são, portanto, aqueles que, ao longo dos sete primeiros séculos, foram forjando, construindo e defendendo a fé, a liturgia, a disciplina, os costumes e os dogmas cristãos, decidindo, assim, os rumos da Igreja. Seus textos se tornaram fontes de discussões, de inspirações, de referências obrigatórias ao longo de toda a tradição posterior. O valor dessas obras que agora a Paulus Editora oferece ao público pode ser avaliado neste texto: Além de sua importância no ambiente eclesiástico, os Padres da Igreja ocupam lugar proeminente na literatura e, particular-

mente, na literatura greco-romana. São eles os últimos representantes da Antiguidade, cuja arte literária, não raras vezes, brilha nitidamente em suas obras, tendo influenciado todas as literaturas posteriores. Formados pelos melhores mestres da Antiguidade clássica, põem suas palavras e seus escritos a serviço do pensamento cristão. Se excetuarmos algumas obras retóricas de caráter apologético, oratório ou apuradamente epistolar, os Padres, por certo, não queriam ser, em primeira linha, literatos, e sim arautos da doutrina e moral cristãs. A arte adquirida, não obstante, vem a ser para eles meio para alcançar esse fim. [...] Há de se lhes aproximar o leitor com o coração aberto, cheio de boa vontade e bem-disposto à verdade cristã. As obras dos Padres se lhe reverterão, assim, em fonte de luz, alegria e edificação espiritual (B. Altaner e A. Stuiber. Patrologia, São Paulo: Paulus, 1988, p. 21-22).

A Editora

INTRODUÇÃO

Marcos Roberto Nunes Costa

Como nos diz o próprio Agostinho, no início de seu opúsculo *De mendacio (A mentira)*, “mentir é um grande problema que muitas vezes nos inquieta em nosso dia a dia. Sucede por vezes acusarmos, de forma imprudente, como mentira o que não é mentira, e pensarmos, às vezes, que se possa mentir de forma honesta, informal ou por misericórdia”.¹ Ou seja, Agostinho já estava atento a uma realidade humana que bem descreve, na atualidade, a escritora Maria Helena de Oliveira:

Ninguém gosta de admitir esta dura verdade: todos mentem. Seja para agradar a alguém, escapular de uma encrenca, ser o herói de alguma aventura nunca vivida, levar vantagem na vida. Com suas pernas curtas, a mentira caminha no passo do homem desde que o mundo é mundo e não dá o menor sinal de perder o fôlego; muito pelo contrário, todos temos um pouco ou muito de Pinocchio. Há milhares de anos, como se estivesse conformado com o fato de que viver sem pregar uma mentirinha é tão impossível como viver sem respirar, o filósofo chinês Confúcio (551-479 a.C.) recomendava que se apelasse para esse antiquíssimo recurso quando a verdade prejudicasse uma família ou a nação.²

¹ *De mendatio* (doravante *mend.*) 1; grifo nosso.

² M. H. de OLIVEIRA, *Tudo mentira*, p. 1; grifo nosso. Texto disponível em: <<http://esagfilosofia.no.sapo.pt/cienciadefinitivo/superinteressante/tudomentira.pdf>>. Acesso em: 20.04.2015.

Além de um problema humano, aparentemente corriqueiro, “o problema da mentira está – também – intimamente coligado com aquele da verdade, que constitui um dos temas prediletos da teoria especulativa”.³ Em síntese, o tema da mentira envolve dois grandes problemas filosóficos: saber se a mentira faz parte da natureza humana ou da essência do ser humano e se esta entra em contradição com a verdade, motivos pelos quais o tema foi trabalhado por diversos pensadores desde a Antiguidade, tanto entre os pagãos⁴ como entre os cristãos;⁵ mas, “entretanto – como observa Boniface Ramsey –, Agostinho é o primeiro Padre da Igreja a ter abordado esse tema, consagrando-lhe um tratado intitulado *mend.*, em 395”.⁶ Ou melhor, dois, pois vinte e cinco anos mais tarde, em 420, não estando satisfeito com o que ali havia escrito, ou tendo deixado alguns pontos confusos ou obscuros na primeira obra,

³ M. LAGANÀ, “Problematiche filosofiche della menzogna”, *Illuminazioni* 15 (2011) 33-67, Suplemento n. 3, p. 33. Ademais das bibliografias citadas nestas notas, servimo-nos também de: G. C. ALESSIO, “Verità e menzogna nella teoria letteraria del medioevo”, em VV.AA., *De mendacio e Contra mendacium di Agostino D’Ippona*, Palermo: Edizioni Augustinus, 1997, 117-41; G. C. CERIOTTI, “Excursus: inquietum cor (Confessioni I, 1,1)”, em VV.AA., *Le confessioni di Agostino D’Ippona – Libri I-II*, Palermo: Edizioni Augustinus, 1984, 79-88; *Id.*, “Menzogna e iganno dal *De diversis quaestionibus octaginta tribus* al *De mendacio*”, em VV.AA., *De mendacio e Contra mendacium di Agostino D’Ippona*, Palermo: Edizioni Augustinus, 1997, 53-8; e M. DÍAZ Y DÍAZ, “El *Contra mendacium* de Agustín: sus circunstancias”, em VV.AA., *De mendacio e Contra mendacium di Agostino D’Ippona*, Palermo: Edizioni Augustinus, 1997, 59-116.

⁴ Dentre os pagãos, temos Platão, que trata do tema da mentira, por exemplo, nas seguintes obras: *Teeteto* 187c-201d; *República*, livros 2 (337 d-e e 382 a-c), 3 (389 b-d e 414 b-e), 5 (459 c-d); e Aristóteles, em que o tema da mentira aparece, por exemplo, nas obras: *Ética a Nicômaco* 4,1127a,15-30 e 1127b,5-10 e *Metafísica* 5,29,1025a.

⁵ Dentre os cristãos, temos, por exemplo, Clemente de Alexandria, no *Stromateis* 7,8-50 e 7,9-53; Orígenes, nas obras *apud* Jerônimo, *Contra Rufinum* 1,18, *Contra Celsum* 4,18-19 e *Hom. in Ieremiam* 20,3-4; Sulpício Severo (*v. s. Martini* 9), Paulino de Nola (*Carmina* 16,52-74) e João Crisóstomo (*De sacerdotio* 1,6).

⁶ “*Mendacio, De/Mendacium, Contra*”, em A. FITZGERALD (coord.), *Agostinho através dos tempos: uma enciclopédia*, São Paulo: Paulus, 2019, p. 658-660, p. 658.

escreveu um segundo opúsculo, intitulado *Contra mendacium*⁷ (*Contra a mentira*).⁸

Quanto aos motivos imediatos que levaram Agostinho a escrever o primeiro opúsculo – *mend.* –, não há nenhuma referência explícita na própria obra. Mas, pelos temas nele desenvolvidos, dá para se deduzir que a questão da mentira era algo que estava incomodando a sociedade e, principalmente, a Igreja na época de Agostinho, o que levou Maria Bettetini, na introdução a sua tradução do *mend.*, a concluir que “o *De mendacio* foi portanto escrito por Agostinho por motivos pastorais (frente à frequência com que mentiam seus fiéis), apologéticos (responde aos maniqueus que negavam a autoridade do Antigo Testamento com base nas mentiras dos patriarcas), exegéticos (responder a Jerônimo, que acusava Paulo de não ter manifestado com sinceridade seu pensamento na controvérsia acerca dos cristãos judaizantes)”.⁹

Já quanto ao segundo opúsculo – *Contra mendacium* (doravante *c. mend.*) –, nas *Retratações*, Agostinho diz que, não estando satisfeito com as análises feitas no *De mendacio*, classificado por ele como um texto “obscuro, espinhoso, cheio de dificuldades” (*retr.* 1,17), foi levado a escrever um

⁷ G. GREGGERSEN, “Se não é verdade, o que é? Agostinho contra a mentira”, *Revista Eletrônica Mirabilia* 4 (2005) 38-49, p. 39, chega a dizer que por “essas duas obras poderiam até valer-lhe o mérito de ser o inaugurador da ‘teologia da verdade’”, visto que, completa mais adiante (p. 41), “ninguém antes de Agostinho foi tão categórico na rejeição da mentira”.

⁸ Além dos dois supracitados opúsculos, Agostinho trata parcialmente do tema da mentira noutras obras, como, por exemplo, nas *Confissões* (10,66), nos *Soliloquios* (2,16-17), no diálogo *O Mestre* (2,13), no tratado *A verdadeira religião* (61) etc.

⁹ M. BETTETINI, “Introduzione”, em *SANT’AGOSTINO. Sulla bugia*, trad., introd., note e apparati di M. Bettetini, Milão: Bompiani, 2001, 5-23, p. 6. A propósito dos embates entre Agostinho e Jerônimo acerca de uma passagem do apóstolo Paulo (Gl 2,14), indicamos as *Epístolas* trocadas entre ambos, nomeadamente: *ep.* 28,3-3, de Agostinho a Jerônimo; *ep.* 75,4, resposta de Jerônimo a Agostinho; *ep.* 81,1, de Agostinho a Jerônimo; e *ep.* 82,8, resposta de Jerônimo a Agostinho.

segundo opúsculo com o intuito de corrigir e esclarecer melhor o que havia escrito no opúsculo anterior.¹⁰ Aliás, exatamente por isso, nas *Retratações*, Agostinho declara que havia ordenado que o *mend.* fosse destruído,¹¹ mas graças aos seus copistas, que não lhe obedeceram, a obra foi preservada e chegou até nós.

Em *c. mend.* 1, há clara indicação de que a obra foi escrita como resposta ou comentário às “muitas coisas” (questões) que lhes foram enviadas pelo católico Consêncio,¹² preocupado em combater algumas seitas heréticas, principalmente o priscilianismo¹³ (amplamente mencionado

¹⁰ Para G. GREGGERSEN, *art. cit.*, p. 49, “no *CM* Agostinho pode ter pretendido corrigir alguma coisa do *SM*, mas só o que conseguiu foi reiterar e aprofundar tudo o que já havia dito anteriormente”. Já na p. 41 esse comentador havia dito que “os dois únicos acréscimos que Agostinho fará em *CM* à anterior é o conceito tripartite de moral (causa, fim, intenção), que não seria capaz de justificar a mentira e a concessão ao silêncio ou omissão como não sendo mentira.

¹¹ A esse respeito diz Agostinho em *retr.* 1,27: “Escrevi também um livro *De mendacio*, que, ainda que cansativo de se ler, é, sem embargo, de grande utilidade como exercício de raciocínio e inteligência e estimula grandemente ao amor à verdade. Havia mandado retirá-lo de entre meus opúsculos porque me parecia obscuro, espinhoso e sobremaneira difícil, motivo pelo qual nem sequer havia chegado a publicá-lo. Depois de haver escrito outro opúsculo intitulado *Contra mendacium*, me convenci ainda mais da decisão de destruí-lo, e assim o mandei; mas não se fez. Ao revisar agora todos os meus opúsculos, o encontrei incólume e, depois de corrigi-lo, mandei conservá-lo, sobretudo porque nele há alguns pontos necessários que não se encontram no outro. Ademais, aquele se intitula *Contra mendacium*, e este *De mendacio*, indicando já no título que aquele é um ataque aberto contra a mentira, enquanto que este é, sobretudo, um ensaio de discussão e busca. Um e outro tendem, sem embargo, ao mesmo fim”.

¹² Consêncio fez chegar até Agostinho as doutrinas priscilianistas através da *ep.* 119, de 419, a qual acompanha “muitas coisas para serem lidas” (1,1), escritas por membros da seita, dentre as quais, provavelmente, a obra *Libra*, do priscilianista Dictínio, à qual faz referência em *mend.* 5; 35 e 41. Além do *mend.*, Agostinho escreveu as *ep.* 120 e 205, em resposta à referida *ep.* 119 de Consêncio. Essa motivação é reforçada em *retr.* 2,60, em que diz: “[...] Então escrevi também um livro sobre a mentira. A razão dessa obra reside no fato de que, para descobrir os hereges priscilianistas, que pensam que é correto ocultar sua heresia não só negando-a e mentido senão que cometendo também perjúrio, alguns católicos creem que podiam se fazer passar, eles mesmos, por priscilianistas, a fim de infiltrar-se em seus lugares ocultos. Escrevi essa obra como uma proibição de semelhante maneira de proceder”.

¹³ Doutrina herética pregada por Prisciliano, no seio do cristianismo, como ênfase nos ideais de austeridade e pobreza, tendo como fundamento uma mistura

na obra), as quais pregavam falsas doutrinas, a que chama de “mentira religiosa”, que é classificada por Agostinho nos dois opúsculos como o pior de todos os tipos de mentiras, e que deve ser evitada a qualquer custo, visto ser considerada por Agostinho como um pecado mortal ou capital.

Em síntese, Agostinho foi levado a escrever as duas supracitadas obras para combater principalmente a má interpretação dada *por alguns católicos que consideravam certos tipos de mentiras como úteis e moralmente aceitáveis*, como um “mal necessário” ou um “mal menor” para se evitar um “mal maior”, antecipando-se àquilo que na Modernidade ficaria conhecido por “tese da exceção à mentira”. Pois, por exemplo, esse foi exatamente o motivo que levou o pensador Immanuel Kant a escrever, mais tarde, na Modernidade, o ensaio *Sobre um suposto direito de mentir por amor à humanidade*, em resposta ao artigo *Das reações políticas* (1796), de Benjamin Constant, em que critica *a incondicionalidade do dever de dizer a verdade*, supostamente defendida por Kant em suas obras anteriores ao supracitado ensaio. Dizemos supostamente, pois, no referido artigo, Benjamin Constant não menciona expressamente o nome de Kant, fala apenas de certo “filósofo alemão”, mas que Kant tomou para si,

de princípios cristãos com elementos derivados da seita gnóstico-maniqueísta ensinada por Mani, bem como do pensamento de Orígenes, que via este mundo físico como lugar de purificação das almas pecadoras, que poderiam passar por este mundo tantas vezes quanto fosse necessário para atingir a perfeição. As principais teses do priscilianismo são as seguintes: de Deus emanou uma série de seres divinos, entre os quais se incluem os anjos e as almas dos homens; o corpo de Cristo era espiritual e tinha apenas a aparência da carne (docetismo); a matéria foi criada pelo demônio para aprisionar os filhos de Deus. O priscilianismo foi condenado, definitivamente, como heresia, no 1º Concílio de Braga, em 563, e influenciaria, mais tarde, um novo movimento herético, no século XI, chamado Valdenses, o qual, no afã de viver radicalmente a pobreza evangélica, condenava toda e qualquer forma de propriedade, principalmente dentro da Igreja, mesmo a indispensável à vida cotidiana. Combaterá essa nova heresia, ou nova versão dos priscilianistas, a grande mística/visionária Hildegarda de Bingen.

assumindo que havia defendido essa tese em locais diversos de algumas de suas obras.¹⁴ Não só Benjamim Constant, mas também Arthur Schopenhauer, Max Stirner¹⁵ e Jean Paul Sartre, dentre outros, na Modernidade e Contemporaneidade, cada um a sua maneira, irão relativizar o dever de dizer a verdade, quando, para todos eles, o indivíduo tem o direito de mentir em determinadas circunstâncias, e/ou o dever de dizer a verdade quando tiver direito a ela.¹⁶

1. Definição/natureza da mentira, segundo Santo Agostinho

Se examinarmos a estrutura argumentativa da primeira das supracitadas obras – o *mend.* –, perceberemos que, após uma rápida introdução, em que apresenta a importância do tema, dadas as dificuldades em definir o que venha a ser a

¹⁴ O comentador A. PAVÃO (“Como concordar com a filosofia moral de Kant e discordar de seu opúsculo sobre a mentira: observações sobre ética e direito em *Sobre um suposto direito de mentir por amor à humanidade*”, *Kant e-Prints*, Série 2, 6/2 (2011) 71-83, p. 72, nota 2) “esclarece que Kant pensa que a referência de Benjamin Constant a um tal ‘filósofo alemão’ diz respeito a ele. Porém, Kant provavelmente vestiu inadvertidamente a carapuça. Presumivelmente foi o professor J. D. Michaelis, de Göttingen, quem expôs a opinião contra a qual se dirige B. Constant. O texto *Des réactions politiques* foi publicado em maio de 1796. Ora, nesse tempo, Kant não havia ainda publicado a *Doutrina da virtude*, supostamente o alvo da crítica (§ 9, sobre a mentira). O fato é que o próprio Kant reconhece não conseguir se lembrar onde teria dito isso, embora confesse ter dito em algum lugar (cf. DM A 302, nota). Na verdade, em nenhum texto de Kant, antes do opúsculo, se encontra esse exemplo”. Segundo M. LAGANÀ, *art. cit.*, p. 52, Kant “leu o texto de Constant numa tempestiva tradução alemã publicada parceladamente pela revista *Frankreich im Jahre 1797. Aus den Briefen deutscher Männer in Paris* de Karl Friedrich Cramer, reconhecendo sua própria posição naquela crítica”.

¹⁵ Max Stirner (pseudônimo de Johann Kaspar Schmidt) está entre os chamados

Nietzsche e do Associacionismo Egoísta e Individualista (União de Egoístas).

¹⁶ Sobre as posições de Kant, Benjamim Constant e Schopenhauer acerca da mentira, cf. N. M. de FIGUEIREDO, “Sobre um suposto direito de mentir: um paralelo entre Kant, Arthur Schopenhauer e Constant, e alguns conceitos schopenhauerianos”, *Urutágua. Revista Acadêmica Multidisciplinar* 7, texto disponível em: <www.uem.br/urutagua/007/07/figueiredo.htm>. Acesso em: 09.06.2016. Já para as posições de Max Stirner e Jean Paul Sartre acerca da mentira, cf. M. LAGANÀ, *art. cit.*

mentira, Agostinho escolhe como instrumento metodológico de suas análises seguir uma “via negativa”. Uma herança ou reflexo de sua rápida passagem pelo ceticismo acadêmico. Para tal, a partir de *mend.* 2, começa a examinar a questão da mentira por aquilo que não é ela,¹⁷ com uma análise/negação sucessiva de supostos tipos de mentiras, que inicia com os tipos mais simples, que vão sendo negados/substituídos ao longo do texto por tipos mais complexos, aperfeiçoando suas argumentações rumo a uma possível definição do que venha a ser a natureza da mentira, formando o método que Lisiane Blans chamou de “aperfeiçoamento sucessivo de casos”. Ou seja,

Agostinho vai além das definições usuais da sua época; à medida que adquire algumas definições sobre certos termos através da listagem de casos (método por enumeração de casos), ele irá acrescentar novas variáveis, outros elementos de forma sucessiva (método por aperfeiçoamento sucessivo) para elucidar a problemática da mentira, em grau crescente de dificuldade [...]. Por meio desse método será investigado o conjunto “do que é”, retirando ou adicionando variáveis em um processo de melhoria gradual, para que dentre esses elementos se possa chegar a uma delimitação precisa do que é a mentira.¹⁸

E dentre os casos de supostas mentiras começa pelas anedotas, que dentre as tipologias de mentiras por ele examinadas são as únicas que “nunca podem ser consideradas mentiras, porque possuem uma clara significação pela

¹⁷ Cf. S. M. de CONTALDO, “Jurar dizer a verdade, somente a verdade? Breve comentário ao *De mendacio* de Agostinho”, em C. A. LÉRTORA MENDOZA et al. (orgs.), *Filosofía medieval: continuidad y rupturas. XIV Congreso Latinoamericano de Filosofía Medieval - Actas I*, Buenos Aires: FEPAL, 2013, 421-30, p. 423.

¹⁸ L. S. BLANS, *A análise da mentira em Santo Agostinho*, dissertação, Santa Maria: UFSM, 2012, p. 270.

maneira de falar e atitude de quem brinca, *em não querer enganar*, ainda que não diga coisas verdadeiras”,¹⁹ o que já deixa entrever que a definição do que venha a ser a mentira, que virá mais adiante, terá como ponto central a questão do querer ou a intenção deliberada do querer enganar. De forma que, embora continue com seu método de “aperfeiçoamento sucessivo de casos”, já em *mend.* 3, Agostinho chega – ou antecipa – à conclusão de que “mente aquele que tem uma coisa em mente e expressa outra diferente com palavras ou outros sinais”.²⁰ Essa é a definição clássica que assume no início da obra e preservará até o fim, inclusive na segunda obra, *c. mend. (Contra a mentira)*,²¹ e não só nestas, mas em

¹⁹ *mend.* 2; grifo nosso.

²⁰ *mend.* 3; grifo nosso. Daí o comentador H. L. MACHADO, *A te morientem: veredas da ficção literária no pensamento de Santo Agostinho*, dissertação, Rio de Janeiro: UFRJ, 2011, p. 71, dizer que o cerne da explicação (ou definição) agostiniana ao problema da mentira encontra-se no chamado princípio evangélico do “duplo coração” ou das “duas bocas”, em que, como enfatiza L. BLANS, *op. cit.*, p. 80, “há um contraste entre aquilo que se crê interiormente e aquilo que se confessa exteriormente”, que aparece de forma rápida no início da primeira obra (*mend.* 3), e será amplamente desenvolvido em 32-34, intitulado “*As duas bocas, da voz e do coração: do que se diz da boca: a boca que mente etc.*”, em que interpreta a passagem evangélica: “A boca que mente mata a alma” (cf. *mend.* 32-34). Igualmente ressalta esse ponto M. BETTETINI, *op. cit.*, p. 5, na introdução à sua tradução do *De mendacio*, ao dizer que “o mentiroso tem um *cor duplex*, o coração duplo, dirá Agostinho. Não é mentiroso aquele que diz o falso, porque este poderia enganar-se ou estar brincando, poderia dizer o falso para induzir a crer na verdade: mentiroso é aquele que tem uma dupla *voluntas*, que quer enganar exprimindo, com palavras ou outros meios, qualquer coisa diferente daquilo que é verdadeiro, com a clara intenção de fazer passar o falso pelo verdadeiro”. Cf. também M. LAGANÀ, *art. cit.*, p. 38, o qual diz que “a peculiaridade do mentiroso – para Agostinho – consiste em ter um coração duplo, ou seja, um duplo pensamento”; e S. M. de CONTALDO, *op. cit.*, p. 426, que esclarece que “por ‘boca’ Agostinho entende o cerne do coração, onde forja e de onde jorram todas as coisas que expressamos com nossa voz. Na intenção de enganar é o coração do sujeito que mente”.

²¹ Definição esta que assumirá, depois, Santo Tomás de Aquino, que na *Suma Teológica* diz: “A mentira é um ato vicioso oposto à virtude da veracidade, pelo qual alguém enuncia voluntariamente uma proposição que ele sabe ou acredita ser falsa” (*S. Th.* II/II q, 110. art. 1). Ou seja, mentir é um ato proposital com a intenção de dizer algo falso ou exprimir algo diferente daquilo que o indivíduo pensa. Portanto, nesses dois pensadores, temos uma antecipação do que dirá, mais tarde, um contemporâneo nosso: “Por definição, o mentiroso sabe a verdade – se não toda a verdade,